



A LUTA CONTRA O RACISMO: UM DEVER DE TODOS OS EDUCADORES (AS)

THE FIGHT AGAINST THE RACISM: A DUTY FOR ALL EDUCATORS

Pamela Cristina de Gois¹

RESUMO

Através da educação recebida desde a infantil até a universidade, o racismo epistêmico e todos os valores cativos dos colonizadores ligados a moralidade de origem judaico-cristã se mantêm vigentes sob o olhar do Estado. Nesse sentido, nossa tese para que a liberdade possa se efetivar se resume na ideia de que os educadores (as) devam ser os primeiros (as) a se emanciparem da colonialidade do poder e do saber. O conhecimento deve ser livre das amarras e de interesses burgueses em consonância com o Estado e o igrejismo. Para tanto, a pedagogia utilizada no ensino institucional deve ser regularizada pelo debate político/militante e de reparo das atrocidades cometidas contra diversas tradições étnicas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Racismo. Estado. Igrejismo.

ABSTRACT

Through the education received from kindergarten to university, epistemic racism and all the captive values of the colonizers linked to morality of Judeo-Christian origin remain in force under the gaze of the State. In this sense, our thesis for freedom to become effective boils down to the idea that educators must be the first to emancipate themselves from the coloniality of power and knowledge. Knowledge must be from Bourgeois ties and interests in line with the State and Churchism. To this purpose, the pedagogy used in institutional teaching must be regularized by the political/militant debate and reparations for the atrocities committed Against various ethnic traditions.

KEYWORDS: Education. Racism. State. Churchism.

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Estética e Filosofia da Arte e Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Graduada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN). E-mail: pamy_gois@yahoo.com.br.



1 INTRODUÇÃO

Os pesquisadores decoloniais Grosfoguel e Bernardinho-Costa, no artigo intitulado *Decolonialidade e Perspectiva Negra*, definem uma característica crucial para se entender o início da chamada modernidade: o colonialismo pautado na ideia de raça, que tem por objetivo um domínio capitalista. Em complemento a isso, destaca-se que, “esse padrão de poder não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção de conhecimento” (Grosfoguel; Bernardinho-Costa, 2016, p.17). Deste modo, nosso objetivo é demonstrar o quanto é impossível em uma sociedade que silenciou por séculos os saberes de determinados grupos e enalteceu um saber único, alcançar a liberdade. Uma vez que as instituições de ensino cumprem com a agenda estabelecida pelos detentores do poder, e/ou pelo Estado, a cultura, como um todo, terá dificuldade em ser livre intelectualmente

Nossa hipótese perpassa pela compreensão de que para entender o racismo na nossa sociedade hoje deve-se ter em mente que ele teve início com o pensamento europeu colonizador. Nesse sentido, Moraes (2020b) fala acerca dos dois tipos de racismo: o interno (na Europa) e o externo (para fora da Europa). Em suas palavras,

Através do racismo interno, bruxas, hereges, rebeldes e não enquadrados nos princípios modernos eurocêntricos estatais, capitalistas, judaico-cristãos, patriarcais, heterossexuais, militaristas, foram perseguidos, aniquilados. O necro-racista-Estado europeu trabalhou para vigiar, prender, assassinar, grupos de pessoas dentro da própria Europa. De tal modo, milhares de mulheres brancas foram queimadas vivas acusadas de bruxaria. O mesmo aconteceu com os considerados hereges. Centenas de anarquistas e comunistas revolucionários foram presos e/ou condenados à morte porque lutavam por direitos, dignidade, igualdade e liberdade. Corpos sem sangue azul, isto é, camponeses e aldeãos foram humilhados, subjugados e obrigados a produzir riquezas e obedecerem aos governantes institucionais[...]. Neste contexto, é também fundamental marcar que o racismo interno europeu ocorreu, simultaneamente, ao seu racismo externo aplicado à conquista de outros continentes pela subjugação de seus povos. Também é essencial frisar que tanto o racismo interno, quanto o externo, foram práticas de militaristas, igrejistias e dos governantes europeus (Moraes, 2020b. p.14).

Assim, a partir de tal definição pode-se demarcar melhor a diferença entre racismo instituído dentro da Europa, do racismo que aconteceu exclusivamente em solos invadidos por ela, que classificou indígenas e africanos como não-humanos. Portanto, segundo Moraes (2020b), além de conter as mesmas características do racismo interno, o externo se pautou, exclusivamente, na ideia abstrata de raça e foi absolutamente mais cruel, pois duvidou da humanidade das vítimas. Isso



foi algo que classificou de maneira externa quem deveria mandar, no caso os europeus, de quem deveria obedecer. No último caso, aqueles que se encontravam nas chamadas américas recém colonizadas e os africanos, deviam subserviência não apenas em seu solo, mas para onde fossem levados para serem escravizados. O mesmo ocorreu com o conhecimento, apenas os europeus foram classificados enquanto detentores da verdadeira e única epistemologia, os demais saberes estavam à margem do domínio epistêmico pautando no eurocentrismo.

O racismo externo se manifesta até os dias atuais e hoje possui mais ênfase do que o interno. Nesse sentido, esses corpos, ainda, são alvos de ataques, algo que é extremamente naturalizado:

Aqui, em pleno século XXI, pobres, negros, indígenas e seus descendentes são assassinados nas favelas e florestas à luz do dia e este mecanismo é exatamente utilizado como expressão de poder. Estima-se que morra assassinado um negro/indígena a cada 23 minutos². Esse tipo de genocídio, é verdade, deixou de ser um espetáculo em praça pública, porém, continua acontecendo e, muitas vezes, é filmado e distribuído orgulhosamente pelas redes sociais, tanto por militares, quanto por paramilitares (Moraes, 2020b, p. 17).

Assassinatos de milhares de corpos negros e indígenas, ou seja, grupos externos à Europa, certamente não causarão a mesma comoção mundial como o assassinato de grupos de pessoas brancas que estejam nesse contexto sociocultural. Desta forma, “para os outros povos sempre prevaleceu a lógica do ‘fazer morrer’ ditada pelo poder do soberano que, não coincidentemente, é, normalmente, branco, e quando não o é, está desavergonhadamente a seu serviço” (Moraes, 2020b, p.17). O autor discute algo para além da morte do corpo, ele fala da morte política.

Nota-se, que a causa principal da desigualdade social não deve ser atribuída a uma diferença simplesmente natural. Temos também como objetivo demonstrar que sua origem está ligada às políticas segregacionistas, como as que outrora foram impostas em nome do progresso e da modernidade, algo que poderia ser trazido apenas pela Europa, pois somente ela seria desenvolvida e, portanto, somente suas epistemologias poderiam levar à melhoria da humanidade. Ainda hoje, a comparação entre os diversos povos é hierárquica e reafirma essa lógica de exploração. Trata-se de uma maneira de legitimar quem manda e quem deve obedecer, ou ainda, quem dita as regras e quem deve segui-las a fim de atingir o tão sonhado prestígio. Todavia, nesse processo, o que sempre houve foi uma total exploração das riquezas daqueles considerados inferiores, logo, denominados como aqueles que estão em desenvolvimento. Contraditoriamente, a esse discurso são justamente

² Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295> acessado em 28 de junho de 2020. (N.A.)



esses que detêm os recursos naturais para o desenvolvimento do capitalismo no continente europeu ao longo de sua história.

Deixa-se morrer todos aqueles que não atendem a lógica do mercado capitalista, colonialista, branco e patriarcal. Estes estão fadados ao esquecimento, mesmo sendo a grande mão-de-obra que produz o capital. Acrescenta-se que, “aqueles que não professam os princípios religiosos judaico-cristãos também. Os rebeldes/insubmissos são, igualmente, alvos preferidos do necro-racista-Estado” (MORAES, 2020b, p.18). Esse direito de matar e deixar morrer todo aquele que representa o outro (outrocídio), envolve também toda sua cultura: saberes, religião, enfim, todo modo de conceber à vida não baseado nos preceitos do homem europeu e branco.

O Estado, ao longo da história, se mostrou como uma herança direta do colonialismo. Como no caso brasileiro, que tolera a morte, o assassinato por negligência, o silenciamento e a exclusão de vários grupos, inclusive daqueles que politicamente se manifestam contra ele, como no caso dos anarquistas e demais militantes. Seguindo essa mesma perspectiva de exclusão, aqueles que não seguem a religião desse Estado resultante do colonialismo, ou seja, o cristianismo, também sofrem com esse efeito. Portanto, a ideia de outrocídio se encaixa perfeitamente na lógica capitalista, que compreende como importante apenas aquele que não questiona todo esse aparato do mercado burguês. Nesse sentido, acrescenta-se que:

Para abreviar, o conceito de Necrofilia Colonialista Outrocida tem por objetivo representar várias formas de assassinar literalmente, ou psicologicamente, diversos segmentos sociais de governados da sociedade, sistemas ambientais, epistemológicos, religiosos e animais do planeta, cometendo assim o geronticídio (velhocídio), negrocídio, indicídio, pobrecídio, feminicídio, homofobicídio, transgericídio, analfabeticídio, epistemicídio, cienticídio, orixacídio, xamanicídio, ecocídio, animaticídio. Como forma de resumir todas essas posturas, chamarei de Necrofilia Colonialista Outrocida, cuja característica central é apresentar a crítica ao militarismo, ao igrejismo, ao nacionalismo, ao capitalismo, liberalismo econômico, ao necro-Estado. Instituições que prezam pela prática do conceito, pautadas na negação da alteridade e no narcisismo ufanista xenofóbico (Moraes, 2020a, p. 13).

Durante as invasões coloniais, o projeto de imposição cultural, atrelado à tentativa de apagamento da história daqueles que tiveram seus territórios saqueados, foi crucial na determinação da ideia de superioridade branca. Nessas sociedades subjugadas, tal concepção de mundo ainda permanece em todas as instituições do Estado. Portanto, isso deve ser algo questionado também na atualidade. Como ressalta Ramón Grosfoguel (2016), principalmente no que diz respeito às instituições de ensino, nas quais o racismo epistêmico está completamente arraigado e é disseminado.



2 A PIOR FACE DO RACISMO ACONTECE EM SALA DE AULA

Não é viável falar em liberdade, quando se tem uma pedagogia aplicada dentro das instituições de ensino submissa a um sistema autoritário, que dita regras de controle, pois é principalmente através dessas instituições que toda a nação se forma. Nesse sentido, o educador (a) não pode ser escravo (a) do desejo dos que criam as leis e os currículos da educação. Reproduzir determinados preceitos morais mata a criatividade de todos que se encontram em processo de aprendizado. Assim, fugir de pedagogias alinhadas a colonialidade do poder se torna o grande desafio aos verdadeiros mestres.

O pesquisador venezuelano, Edgardo Lander (2005, p. 17), organizador do movimento decolonial que traz o questionamento acerca da colonialidade do saber no contexto social da América Latina, ressalta que há um grande problema em ainda se conceber o mundo através da clássica divisão entre países pobres e ricos. Pensar em povos ainda hoje como sendo de terceiro mundo, ou em desenvolvimento e colocar a Europa enquanto desenvolvida, portanto, um modelo de modernidade, reafirma antigas práticas de dominação. Tal como foi feito durante todo período colonial e imperialista no contexto das grandes guerras mundiais, esse tipo de pensamento segregacionista, ainda, reflete em uma hierarquização cultural colonial. Isso justifica e dá respaldo à colonialidade do saber, ou seja, a ideia de hegemonia do conhecimento eurocentrado.

Edgardo Lander (2005) analisa o processo de naturalização dos saberes eurocêntricos a partir das ciências sociais. Ao seu ver, ela teria reafirmado a lógica epistêmica do colonizador a partir da naturalização do seu sistema econômico, isto é, do liberalismo, que acaba sendo aceito juntamente com um tipo de Estado que se coloca enquanto democrático. Assim, a partir dessa espécie de autorização por uma área de conhecimento que se dedica à natureza das relações sociais, tal problemática teria se reafirmado de igual maneira em outros campos dos saberes. Em suas palavras:

O conjunto de separações sobre as quais está sustentada essa noção do caráter objetivo e universal do conhecimento científico está articulado com as separações que estabelecem os conhecimentos sociais entre a sociedade moderna e o restante das culturas. Com as ciências sociais dá-se o processo de cientificação da sociedade liberal, sua objetivação e universalização e, portanto, sua naturalização. O acesso à ciência, e a relação entre ciência e verdade em todas as disciplinas, estabelece uma diferença radical entre as sociedades modernas ocidentais e o restante do mundo (Lander, 2005, p. 13).



Para o pesquisador, primeiramente, cabe à chamada ciências sociais uma reformulação ampla do conhecimento que traz consigo. Grande parte dela naturaliza e aceita o sistema econômico oriundo do desejo eurocêntrico de se estabelecer enquanto uma hegemonia, conseqüentemente, também afirma todas as suas ideologias. Depois, o restante do conhecimento deve seguir essa mesma perspectiva. Em outras palavras, não analisar a maneira intrínseca na qual as organizações histórico-culturais estão arranjadas e apenas aceitar as determinações estabelecidas entre o que foi colocado enquanto moderno e o que não teria se desenvolvido, não dá conta de explicar a complexidade dos povos não-europeus. Talvez, não caiba neste artigo a afirmação de que esse questionamento deva partir de determinado lugar, como as ciências sociais. De todo modo, ela seria o principal exemplo, juntamente com a filosofia, de atividade intelectual capaz de trazer à tona uma profunda análise daquilo que representa a pluralidade humana. Embora, tal tarefa não possa ter um pioneirismo restrito em apenas uma determinada área do conhecimento, mas sim, deve ser concebida como um dever de todas elas.

Para libertar o pensamento de todo esse cenário racista é preciso o desprendimento de teorias dadas como universais, tais como aquelas reproduzidas no seio das ideologias coloniais e que são predominantes nas nossas instituições de ensino como um todo. O Estado na maioria das vezes toma o controle da educação dos seus jovens, como consequência disso, pode-se afirmar que o espírito criativo da juventude é desperdiçado dentro das instituições de ensino. Ao invés de os jovens serem instigados a discorrerem sobre o questionamento acerca de todo processo colonialista, tendem a se tornar meros idólatras do Estado e da igreja.

O colonialismo impôs uma doutrinação cultural aos demais continentes, para além da Europa, tendo em sua base a religião cristã, e também, o modo de vida econômico europeu pautado no acúmulo de capital. Esse maquinário de poder pode ser compreendido da seguinte maneira:

O igrejismo cumpre papel fundamental nesse processo de “demonização” da cultura do colonizado na sua cruzada contra a ciência. Ao agir dessa maneira, o igrejismo, o militarismo e os governantes em geral emitem um sinal também para os governados brancos que devem seguir seus valores “superiores” e se sentirem como parte, em unidade, de uma mesma cultura igrejista, militarista, estadolátrica, autoritária, hierárquica, narcisista e destilando profundo ódio contra os diferentes (Moraes, 2020a, pp.7-8).

A teoria decolonial libertária, proposta pelo pesquisador em questão, faz crítica à igreja enquanto um meio de doutrinação. Arelada ao Estado, ambos são responsáveis por produzirem culturas submissas aos seus negócios: arrecadar almas e obter lucros. É a partir da moralidade produzida no interior das igrejas cristãs que o Estado também pôde se tornar uma autoridade



máxima, sobretudo nas colônias implementadas para suprir economicamente a Europa. Nesse sentido, o universal foi estabelecido como regra. Tudo aquilo que era plural deveria desaparecer em nome de um conhecimento, uma cultura, um tipo de Estado e um Deus que representavam apenas os interesses do homem branco desse continente.

O debate em questão se relaciona a uma cultura que foi criada justamente para explorar determinados corpos e mentes. No entanto, desde o primeiro escravizado, seja ele indígena ou negro, é preciso enfatizar que apenas seus corpos foram determinados à opressão, pois durante toda a sua existência seus espíritos poderiam ser livres. Em outras palavras, a liberdade física pode até ser coagida pela violência do Estado, mas, se liberto, o espírito exercerá um papel revolucionário na cultura. E assim foi por séculos: aqueles (as) que resistiram ao sistema que tem por objetivo transformar nações inteiras em cativas se tornaram mestres (as) e passaram a ensinar a arte presente nesse tipo de liberdade.

Se durante o período colonial determinados corpos estavam fadados a serem escravizados, por outro lado, a partir de espíritos livres grandes movimentos de resistência foram criados. É nesse sentido que se pode falar em uma pedagogia da decolonialidade como instrumento de libertação³. Nesse sentido, o verdadeiro educador (a) pode não estar dentro das salas de aulas. Ele (a) é um tipo responsável pela libertação do espírito daquele que é seu discípulo, portanto, não é necessário ter paredes, carteiras ou quadro para executar tal papel. Defende-se a ideia de que uma pedagogia da decolonialidade, além de já estar fora dos muros dessas instituições por séculos auxiliando a resistência de muitos grupos inferiorizados, também deve estar presente na educação formal. Ela seria o principal instrumento para o alcance da liberdade entre culturas que foram totalmente inferiorizadas e submetidas aos valores judaico-cristãos, sendo uma pedagogia voltada para os primeiros anos de ensino até a universidade.

Observa-se que o saber ancestral se faz imprescindível para se dar o primeiro passo em direção a liberdade. Não necessariamente, com isso, se conseguirá alcançar a liberdade do corpo, uma vez que esse pode ser determinado a agir de acordo com o desejo do Estado, que se impõe pela escravidão e pela violência. Em um contexto que nos é próximo, ou seja, em um território que foi por séculos explorado pelo poder colonial, é preciso falar de liberdade de espírito a partir do

³ Conf., Gois, Pamela Cristina de. PEDAGOGIA DA DECOLONIALIDADE: Um Debate Acerca do Epistemicídio Acadêmico e Filosófico e uma Educação Antirracista como Antídoto. Revista Estudos Libertários – UFRJ | VOL. 03 Nº 08 | 1º SEMESTRE DE 2021 | ISSN 2675-0619. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/41555>. Acesso em 22. Jan. 2023.



rompimento com valores morais oriundos do judaísmo-cristão. Tais valores atravessam um ideal racista criado pelo europeu para aprisionar. Porém, não apenas o corpo, mas o espírito de todas as nações alheias a sua. Aqueles que se mantêm ligados a esses valores certamente não são livres, permanecem cativos e submissos ao controle daqueles que se impuseram no poder. Defende-se aqui que, através da educação tais valores podem ser questionados e combatidos em sua raiz.

No artigo intitulado, *Des/obediência docente na de/colonialidade da arte/educação na América Latina*, Eduardo Jr. Santos Moura, mesmo sendo específico sobre a formação de professores de arte, resume nossa crítica à educação a partir da ótica da colonização:

Nesse percurso, caminho por territórios de conhecimentos que o projeto moderno/colonial europeu fragmentou como por exemplo Arte e Ciência, limitando a uma única versão, uma única forma de pensar. Desse ponto começo a questionar: Qual o sentido de formar docentes em arte na América Latina com referenciais que privilegiam a arte, a cultura e a história europeias? Logo, é possível questionar: Qual o sentido de uma Arte/Educação que privilegia uma matriz de conhecimentos eurocêntrica na América Latina? Tais questões direcionam para uma visão de eurocentrismo não como espaço ou localização geográfica, mas como forma de pensar que se impõe como única, verdadeira e universal (Moura, 2019, p. 322).

O pesquisador em questão trabalha com a ideia de desobediência docente no campo da arte. Algo que parte de uma intelectualidade decolonial. Portanto, isso pode se estender para todas as áreas de conhecimento, tendo em vista que o pensamento colonial desempenhou o mesmo papel em todas elas. Arelada à desobediência dos educadores (as), uma cultura poderia renascer de modo destoante daquilo que outrora fora imposto pelo homem branco e europeu. Em síntese, além de explorar economicamente territórios alheios, eles queriam que todos falassem seu idioma, rezassem para seu Deus, vestissem suas roupas, idolatrassem seus epistemes e usassem todas as suas máscaras morais. Por fim, também os considerassem seres superiores que deveriam ditar as regras do jogo da vida.

Uma pedagogia da decolonialidade, aplicada dentro das instituições de ensino, seria uma primeira medida para descamar toda a roupagem vestida em nossa cultura pelo homem europeu. Para tanto, ela precisa ser antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Enfim, se despirmos de todos os moldes que são responsáveis por maquiagem a potência de vida de cada um e, conseqüentemente, que impedem uma liberdade plena. Assim, a educação não pode ser utilitária, isto é, visar apenas uma formação que alcance o acúmulo de bens materiais. Antes de mais nada, ela deve possuir propósitos autênticos, sendo os principais deles o alcance da liberdade e a luta contra o racismo.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A denúncia elaborada aqui é a de que o racismo epistêmico é reafirmado nos currículos educacionais, seja do ensino básico ou nas academias, isto pois, em grande parte, o processo colonial é colocado enquanto natural. Ainda hoje, o Estado se reafirma comopositor das categorizações racistas, de gênero e sociais. Nesse sentido, pode-se fazer uso das palavras do pensamento libertário de Bakunin, que constata um problema que lhe é próximo, mas que perdura até os dias atuais: o da educação voltada para a manipulação da massa e administrada pelo Estado:

As mesmas condições, as mesmas causas produzem sempre os mesmos efeitos. Isso acontece com os professores da Escola moderna, divinamente inspirados e nomeados pelo Estado. Eles tornar-se-ão, necessariamente, uns sem o saber, os outros com pleno conhecimento de causa, os mestres da doutrina do sacrifício popular para o poderio do Estado, em proveito das classes privilegiadas. (Bakunin, 2014, p. 73).

Para além dos muros europeus, defende-se que tal questão se agrava com as invasões coloniais, pois um ideal de educação que teve origem na Europa se propaga por todo mundo Ocidental. Apesar de o filósofo político falar sobre de seu contexto, narra-se aqui a origem de um problema que irá se estabelecer por vários territórios, como as Américas. No entanto, de maneira mais agravante relacionada ao racismo epistêmico.

As pessoas negras, indígenas, as mulheres e todos (as) aqueles (as) que representam o outro que não o homem europeu, permanecem em um lugar de inferiorização, não de protagonismo, (como ocorre nas ciências, na história e na formação educacional como um todo). Na maioria das vezes são tratados como receptores de um conhecimento que vem de cima, de uma autoridade maior como o Estado. Nesse sentido, as epistemologias dos detentores do poder são glorificadas nos currículos escolares.

Conclui-se que a invenção da modernidade representa também a hegemonia de grande parte da Europa, sobretudo, Ocidental. O seu estabelecimento acontece pela determinação de um ponto de partida colocado enquanto superior e que deve ser seguido por todos aqueles que não se encontram no seu eixo-geopolítico. Impor uma cultura, idioma, religião e uma determinada epistemologia se fez fundamental na crença desse progresso moderno.



REFERÊNCIAS

- BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2014.
- COSTA-BERNARDINHO, Joaze; GROSGUÉL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, pp.15-23, 2016.
- Gois, Pamela Cristina de. Pedagogia da decolonialidade: um debate acerca do epistemicídio acadêmico e filosófico e uma educação antirracista como antídoto. **Revista Estudos Libertários – UFRJ** | VOL. 03 Nº 08 | 1º SEMESTRE DE 2021.
- GROSGUÉL, Ramón. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Trad. Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, pp. 25–49, 2016.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, pp.
- MOURA, Eduardo Junio Santos. Des/obediência docente na de/colonialidade da arte/educação na América Latina. **GEARTE**, Porto Alegre, V. 6, n. 2, p. 313-325, maio/ago. 2019.
- MORAES, Wallace dos Santos. A Necrofilia Colonialista Outrocida no Brasil. **Estudos Libertários**, UFRJ, Vol. 2. n.3; Ed. Especial, n.1. pp. 1-19, 2020a.
- MORAES, Wallace dos Santos. As Origens Do Necro-Racista-Estado No Brasil – Crítica Desde Uma Perspectiva Decolonial & Libertária. **Estudos Libertários**, UFRJ, Vol. 2 n. 6. pp. 5-27, 2020b.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

Enviado em: 18/03/2024

Aceito em: 25/11/2024